



Inflação de alimentos e mudança estrutural reduzem sensação de bem-estar no mercado de trabalho

Luiz Guilherme Schymura

Pesquisador do FGV IBRE e doutor em economia pela FGV EPGE



Nos últimos anos a taxa de desemprego tem caído de forma consistente no Brasil, chegando a 5,6% no terceiro trimestre de 2025, uma baixa recorde. Conjuntamente com essa queda, tem ocorrido aumento no número de pessoas ocupadas e elevação da remuneração média do trabalho. Entre o quarto trimestre de 2019 e o terceiro de 2025, o emprego cresceu a um ritmo anual médio de 1,5%, e o rendimento real, a 1,4%.

O emprego formal tem sido o grande responsável pelo aumento da população ocupada (PO), principalmente depois de 2021. Entre o último trimestre de 2019 e o terceiro de 2025, o emprego formal cresceu a uma média anual de 2,2%, comparado a 0,2% para o informal. Já o comportamento da renda foi inverso no mesmo período: cresceu a um ritmo de 0,6% no mercado formal, e a 2,8% no informal.

De qualquer forma, a trajetória dos indicadores do mercado de trabalho nos últimos anos parece muito positiva. Apesar disso, a percepção de bem-estar econômico da população não tem apontado na mesma direção. Esse aparente descompasso entre a evolução dos indicadores do mercado de trabalho e a percepção de bem-estar levanta questões relevantes para a interpretação do atual momento da economia brasileira.

Alguns fatores podem ajudar a explicar o descompasso. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que parte dessa melhora no mercado de trabalho é fruto de mudanças estruturais ocorridas ao longo dos últimos anos, o que não está necessariamente ligado à melhora do funcionamento do mercado de trabalho (tema tratado na Carta do IBRE de outubro do ano passado). Além disso, tem havido forte concentração de empre-

go em vagas de produtividade mais baixa, que pagam bem menos do que a média nacional. Finalmente, a inflação dos alimentos subiu nos últimos anos bem acima do IPCA. Além de reduzir o salário real das pessoas de baixa renda (que gastam 22% da renda em alimentos), há uma percepção mais geral de que a alimentação tem impactado bastante o orçamento mensal da família.

Em relação à mudança estrutural, de fato houve no Brasil uma melhoria ao longo dos últimos anos na composição educacional tanto da força de trabalho quanto da população em idade para trabalhar. Os dados mostram que houve aumento do peso relativo dos grupos com maior nível de escolaridade e mais velhos. Em ambos os casos, a mudança tende a melhorar indicadores do mercado de trabalho por efeito composição. Os resultados mostram que, ao se controlar os efeitos decorrentes da evolução do binômio educação-demografia – isto é, manter a estrutura educacional e etária das variáveis do mercado de trabalho constantes no nível do primeiro trimestre de 2012 –, o mercado de trabalho apresenta desempenho mais modesto.

Especificamente, a taxa de desemprego seria mais elevada no terceiro trimestre de 2025, saindo de 5,6% efetivamente registrados para 6,8%. Já a taxa de participação cairia 1 ponto percentual (p.p.), de 62,2% para 61,2%. O nível de ocupação efetivo de 58,7% diminuiria para 56,8%, e o rendimento real mé-

dio seria reduzido de R\$ 3.507 para R\$ 2.737. Neste caso, seria ligeiramente inferior aos R\$ 2.745 do quarto trimestre de 2019, logo antes da pandemia. Além de explicar por que os efeitos inflacionários do aquecimento do mercado de trabalho nos últimos anos foram menores do que se suporia à primeira vista, esse exercício também mostra por que a sensação de bem-estar é menor do que a evolução do emprego e da renda sugeriria.

Esse contraste entre os números efetivos do mercado de trabalho e a sensação da população fica claro no Índice de Confiança do Consumidor do FGV IBRE, que registrou 86,1 em fevereiro deste ano (leituras abaixo de 100 são negativas). O efeito é mais forte entre os mais pobres (renda até R\$ 2,1 mil), com 79,9 na mesma data.

Como mencionado no início desta Carta, a economia brasileira tem criado mais empregos em ocupações de baixa qualificação e renda. Sete ocupações, entre 127, comportavam 30% dos trabalhadores ocupados no terceiro trimestre de 2025. As funções que mais concentram trabalhadores são “Comerciantes e vendedores de lojas”, com 7% do total; e “Trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios”, com 6,6%. O rendimento médio mensal das duas categorias é de, respectivamente, R\$ 3.062 e R\$ 1.501. Em ambos os casos, inferior à média de R\$ 3.527 de toda a população ocupada (PO).

Adicionalmente, entre as categorias que tiveram o maior aumento de trabalhadores na população ocupada entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2025, três têm rendimento médio mensal bem inferior à média da PO, e uma tem o indicador ligeiramente inferior: “Condutores de automóveis, caminhonetes e motocicletas (provavelmente por causa dos aplicativos)”, com alta de 27,5%, e renda média mensal de R\$ 2,6 mil; “Cuidadores de crianças e ajudantes de professores”, com 23% e R\$ 1.573; “Trabalhadores elementares do transporte e armazenamento”, com 23,8% e R\$ 1.776; e “Condutores de caminhões pesados e ônibus”, com 26,6% e R\$ 3.503.

Outro ponto que merece especial atenção é a inflação de alimentos. Como se nota no gráfico 1 a seguir, desde dezembro de 2009, a inflação de alimentos disparou em relação ao IPCA cheio. A alta dos alimentos, quase toda a partir do final de 2019, foi quase 20 p.p. superior à do IPCA.

É verdade que, em 2025, a inflação dos alimentos foi baixa, e ajudou a segurar o IPCA. Em 2026, porém, o risco vem do clima. A probabilidade de ocorrência de um novo evento de El Niño vem aumentando, com sinais de impacto a partir do segundo trimestre. Caso esse cenário se confirme, os efeitos sobre as safras podem pressionar os preços dos alimentos, alterando rapidamente o balanço inflacionário, como nota André Braz, economista do FGV IBRE.

Fernando Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti e Janaína Feijó, pesquisadores do IBRE, fizeram exercícios contrafactuais sobre a alta dos rendimentos do trabalho entre o primeiro trimestre de 2012 e o terceiro trimestre de 2025. A inflação de alimentos é parte importante desses exercícios, com a comida tendo passado de 18,9% para 22,2% do orçamento das famílias que ganham mensalmente entre 1 e 1,5 salário mínimo. No caso das famílias ricas que ganham entre 10 e 33 salários mínimos, os gastos com alimentação saíram de 9,4% para 11,1% no mesmo período.

O gráfico 2 mostra a evolução – das linhas de cima para as de baixo – da renda real média da PNADC; da renda real deflacionada pela inflação da baixa renda do Ipea; da renda real contrafactual em que se mantêm constantes a composição etária e educacional da população ocupada; e, finalmente, da renda real deflacionada pela inflação da baixa renda e se mantendo constante a estrutura etária e educacional da PO.

A linha amarela, a que corre mais abaixo, reflete como a população de baixa renda “sente” a evolução do rendimento. O rendimento real médio do terceiro trimestre de 2025, de R\$ 2.661, ainda é inferior ao registrado no último trimestre de 2019, quando atingiu R\$ 2.696. Como explica Barbosa Filho, as pessoas vivem dentro do seu recorte demográfico-educacional. E, no caso dos pobres, são afetados pela inflação da baixa renda. Se, dentro desses re-

cortes, o salário não está crescendo, as pessoas não percebem no seu dia a dia a melhora indicada pelos números agregados da economia. No gráfico 3, pode-se ver de forma mais direta a evolução da renda real, entre o último trimestre de 2019 e o terceiro de 2025, em cada uma das curvas do gráfico 2.

Mas é importante notar que a alimentação em particular é um item muito importante para os consumidores. Na nova Sondagem do Mercado de Trabalho do IBRE, indagados sobre os três tipos de despesa que mais impactam o orçamento mensal da sua família, 74% dos respondentes indicaram a alimentação – de longe o item mais citado. No caso daqueles que ganham até dois salários mínimos, a proporção sobe para 79,5%.

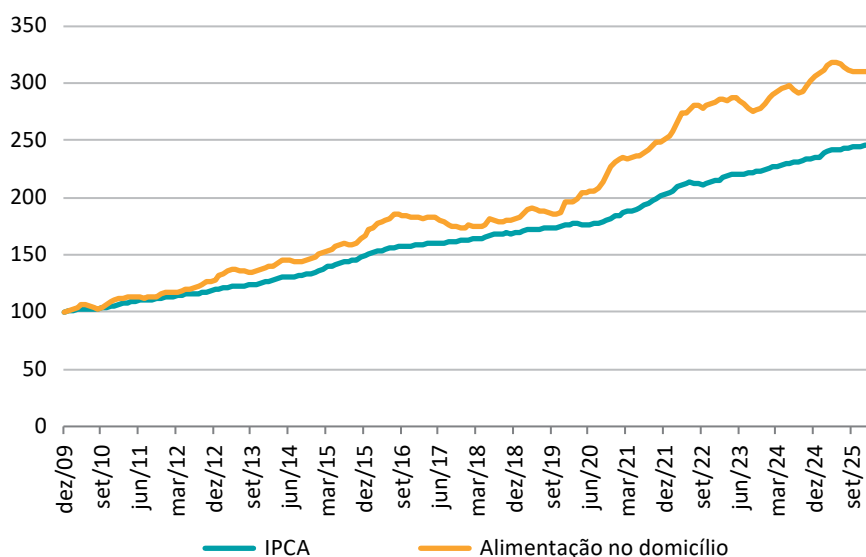
O gráfico 4 a seguir, com quatro linhas, é parecido com o gráfico 2,

mas em vez de se deflacionar o rendimento real pela inflação da baixa renda, ele é deflacionado pela inflação dos alimentos. Como se vê no gráfico 5 a seguir, a renda contrafactual, mantendo-se a estrutura etária e educacional da PO e deflacionando-se pela inflação dos alimentos, teria caído 3% ao ano entre o terceiro trimestre de 2025 e o último trimestre de 2019. A importância desse exercício é indicar o quão mais pobres as pessoas se sentem quando traduzem sua renda em termos da capacidade de comprar alimentos, um dos itens mais importantes do consumo das famílias.

Como diz Barbosa Filho, “a pessoa constata que, com o mesmo dinheiro, já não enche o carrinho na feira, como acontecia alguns anos atrás”.

Em resumo, o contraste entre a melhora nos indicadores do merca-

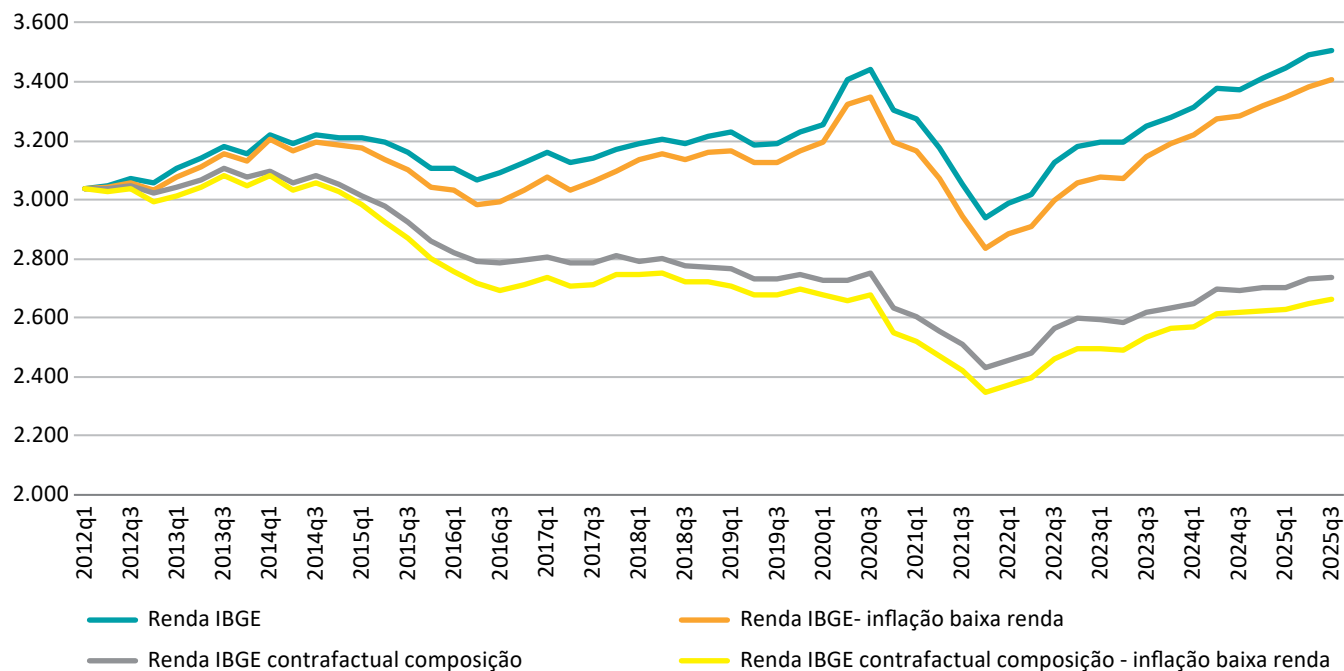
Gráfico 1: Evolução do IPCA e do IPCA de alimentação no domicílio – número índice – dezembro de 2009 = 100



Fonte: Elaboração própria com dados do IPCA (IBGE).

Gráfico 2: Evolução do rendimento oficial e do rendimento que controla pelas mudanças demográficas (deflacionado pelo IPCA ou pela inflação baixa renda)

Em R\$ de 2025



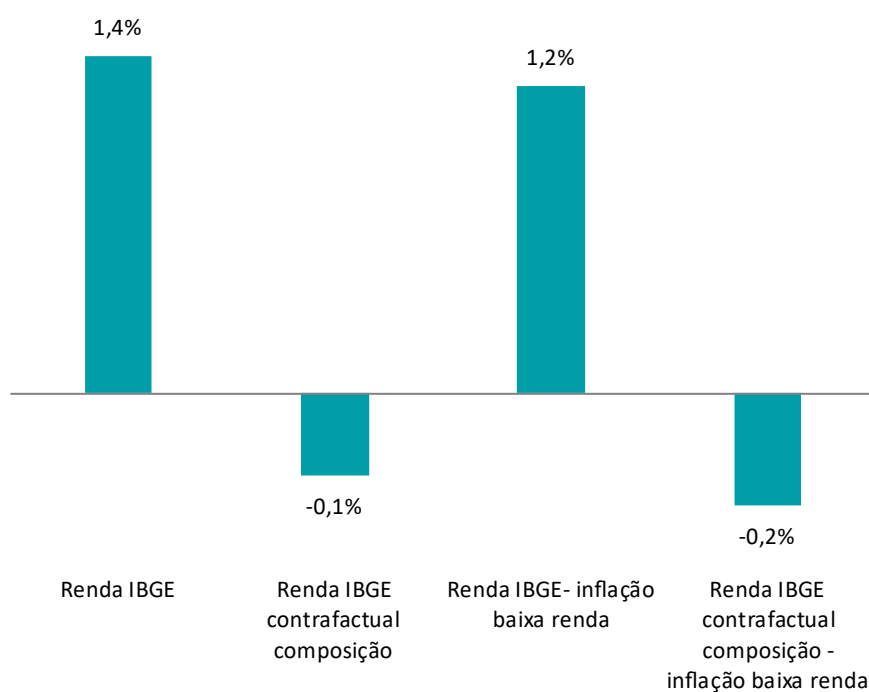
Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad e do Ipea.

do de trabalho brasileiro e a percepção não tão favorável dos consumidores quanto à situação econômica é impulsionado por vários fatores. Em primeiro lugar, o que pode ajudar a explicar esse descompasso são as mudanças estruturais, demográficas e educacionais, sem as quais o desemprego seria maior, e a renda substancialmente menor. Além disso, apesar da redução na desocupação, o cenário revela alta concentração de trabalhadores em poucas funções, com 30% ocupados em apenas sete categorias no terceiro trimestre de 2025, predominando atividades de baixa remuneração.

Ainda que o desemprego esteja baixo, as ocupações predominantes pagam salários substancialmente

Gráfico 3: Crescimento das várias medidas de renda

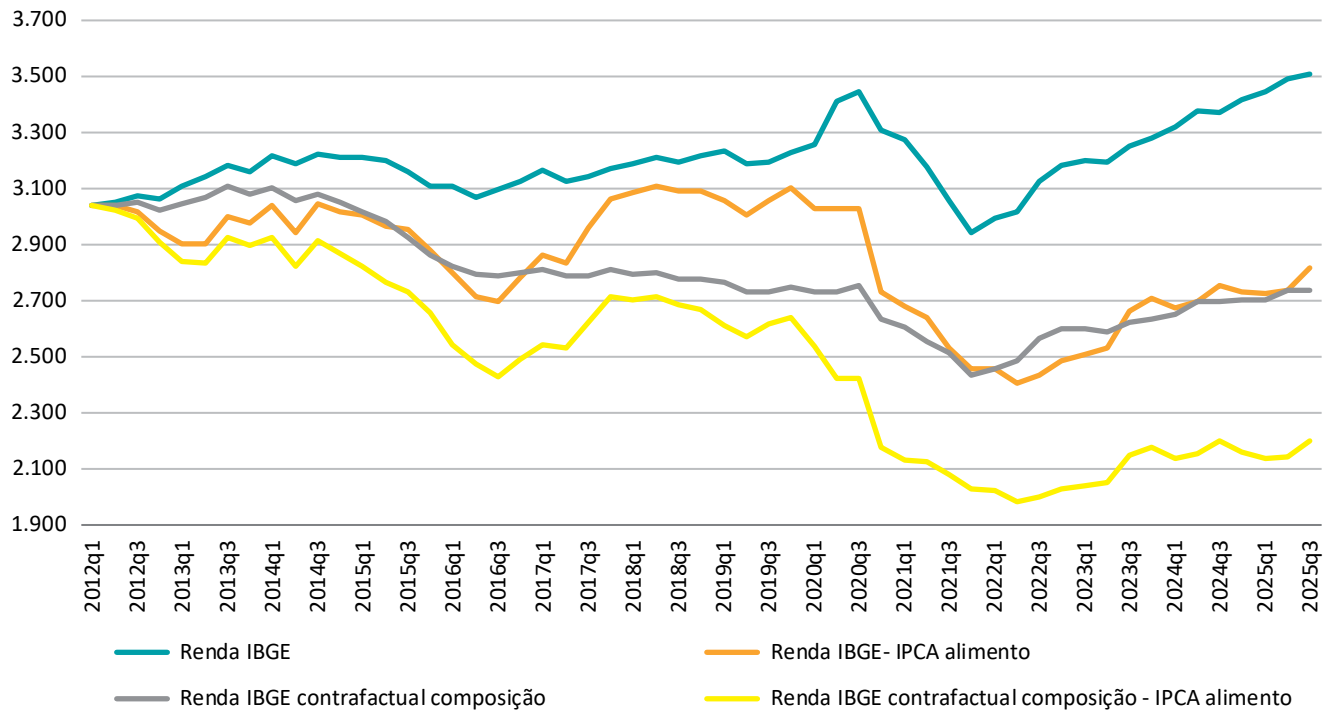
(Em % a.a.) 2025T3 em relação a 2019T4



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua e do Ipea.

Gráfico 4: Evolução do rendimento oficial e do rendimento que controla pelas mudanças demográficas (deflacionado pelo IPCA e pelo IPCA de alimentação no domicílio)

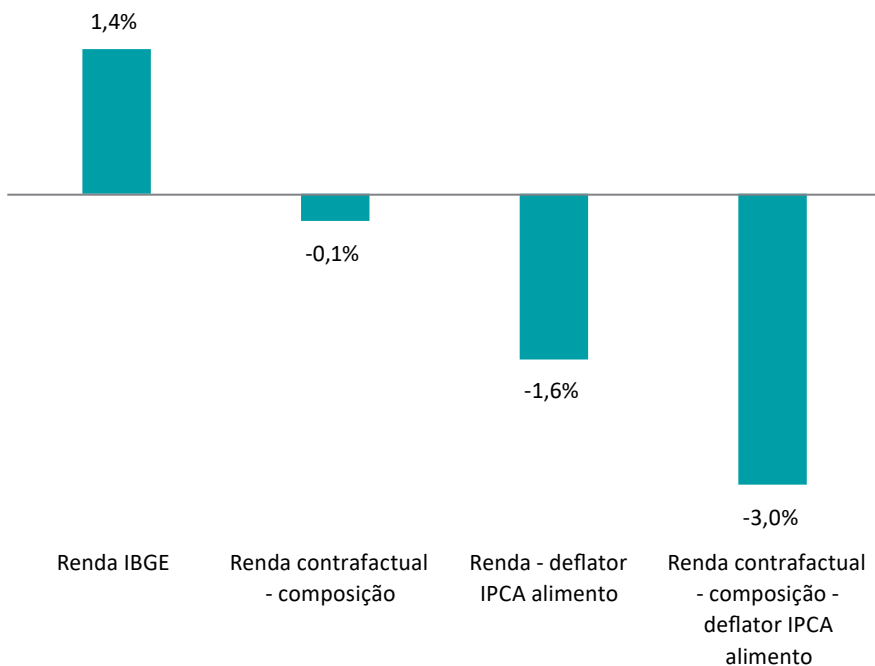
Em R\$ 2025



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua e do IPCA.

Gráfico 5: Crescimento das várias medidas de renda

(Em % a.a.) 2025T3 em relação a 2019T4



Fonte: Elaboração própria com dados da Pnad Contínua e do IPCA.

inferiores à média, com o comércio e o setor de transportes liderando o crescimento. Por fim, quando ajustada pela inflação de alimentos e pelas mudanças etárias, a renda real do trabalhador mostra queda anual de 3% desde 2019, contrastando com os dados oficiais. Esse cenário mostra como a sensação de bem-estar pode estar sendo afetada pelo aumento dos custos da alimentação, que é um dos itens que mais impactam o orçamento familiar. 

O texto é resultado de reflexões apresentadas em reunião por pesquisadores do IBRE. Dada a pluralidade de visões expostas, o documento traduz minhas percepções sobre o tema. Dessa feita, pode não representar a opinião de parte, ou da maioria, dos que contribuíram para a confecção deste artigo.